



TENSÃO – PL aciona Justiça e pede mandato de vereadores após saída para grupo de JHC



DEMOCRACIA

Quem pode votar nas eleições de 2026 em Alagoas? Veja as regras



ARTICULAÇÃO

Bastidores indicam atuação de Téo Vilela para evitar confronto entre JHC e os Calheiros



CONECTA DIVERSIDADE

Evento gratuito valoriza cultura LGBT+ e movimenta o bairro do Jaraguá durante este mês de abril



FATOS

Em FOCO

COM WILLAMES DE MELO



DE IDADE NOVA

Os parabéns vão para a nossa querida Eloísa de Melo, que completou mais um ano de vida neste mês de abril. Rendemos todas as homenagens à jovem senhora e desejamos muitas felicidades e bênçãos.

VAGAS PARA EXAME

O Departamento Estadual de Trânsito de Alagoas (Detran/AL) anunciou a abertura de 375 novas vagas para o exame prático de direção na categoria A (motocicleta), nas cidades de Maceió e Arapiraca. O agendamento estará disponível por meio do site oficial do órgão. As provas serão realizadas nos dias 16, 22, 23, 28 e 30 de abril, no turno da tarde, na capital, e no dia 28 em Arapiraca.

DOCUMENTOS ENTREGUES

O programa Moradia Legal, iniciativa de regularização fundiária do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL), realizou a entrega de 80 títulos de propriedade a moradores do município de Taquarana. A ação contou com a presença do presidente do TJAL, desembargador Fábio Bittencourt, e é fruto de uma parceria entre o Judiciário alagoano, a Associação dos Notários e Registradores (Anoreg/AL) e a Prefeitura de Taquarana.

SANTA CASA EM AÇÃO

Para reforçar o compromisso com padrões internacionais de qualidade, alinhados à metodologia Qmentum, a Santa Casa de Maceió, por meio do Escritório de Excelência e parceiros institucionais, promoveu o projeto "Comunicação: Traduzindo as Boas Práticas". A iniciativa teve como foco a conscientização institucional sobre as Práticas Organizacionais Obrigatórias (ROPs), consideradas pilares essenciais para a segurança do paciente e a qualidade assistencial.

EXPEDIENTE

Vitor Cansanção
Diretor Geral
MTE 1841/AL

Jornal REDE REPORTER é uma publicação semanal
Endereço para correspondência:
REDACAO@REDE REPORTER.COM.BR
WWW.REDEREPORTER.COM.BR

Os artigos assinados são de responsabilidade dos



Magnânima festa

"A Economia é a ciência severa da escassez. A política é a utopia alegre da abundância". Na manhã de 13 de agosto de 2025 (DIA DO ECONOMISTA), no majestoso Hotel Best Western Premier, encravado na belíssima Pajuçara, celebrou-se em grande estilo a efeméride tão esperada. Os Professores Marcos Antônio Moreira Calheiros - Presidente do CORECON - AL, Cleidner Marques de Magalhães de Magalhães Maurício - Vice-presidente e José Alex, Presidente do SINDECON-AL, foram os anfitriões da magnânima festa.

A Casa do Economista, instituiu a Comenda Celso Furtado, homenageando os professores: José de Melo Gomes, Carlos Bulhões, Sílvia Costa, Dilmar Lopes Camerino, Laurentino Veiga, o Superintendente do BNB, Sidney Reis, Cláudio Jorge, o empresário Luiz Jardim, bem como outros discípulos de Keynes.

A professora Branca Rosa

Silveira de Mendonça Fragoso, filha do imortal Paulo de Castro Silveira, recipiendária do Título, saudou-a como minha ex-professora da disciplina História do Pensamento Econômico da UFAL. Exaltei suas qualidades, influenciando-me a lecionar Formação Econômica do Brasil no CESMAC.

Compareceram à solenidade: o economista José Paulo Gabriel dos Santos - Presidente da JORGRAF, Ivaldo Pinto, Braga Lira, os advogados Arnaldo Calheiros e Marquinhos Jardim (agraciada com a Comenda Celso Furtado), Simone Craveiro (também agraciada), o jornalista Edmilson Teixeira, da Tribuna Independente, fez excelente cobertura, coroando a Coluna de Elenilson Gomes.

Enfatizo o Conselho Regional de Economia (Cofecon), criado pela Lei n. 1.411, de 13 de agosto de 1951, em pleno governo constitucionalista de Getúlio Vargas. Congrega a categoria em

todo quadrante nacional. Fiscaliza a profissão quer na área pública, quer na área privada. Promove o mercado, ajudando a encontrar meios a fim de facilitar a vida dos discípulos de Keynes. Dir-se-ia que o Economista atua no mundo globalizado. Isto é, na área bancária, no setor produtivo, faz perícia econômica, dentre outras tantas relevantes atribuições. Lecionar Economia é uma delas, no meu caso, atuei como professor por várias décadas no CESMAC. Deve-se ressaltar que se destaca pela performance acadêmica exigida. O Gerente Geral do Hotel Premier, Manoel Jucá, além de ter sido homenageado com a própria Comenda Celso Furtado, prestou com sua fidalguia excelente ajuda. Marcos Calheiros, por sua vez, fez emocionado discurso agradecendo a presença de todos. Comanda a categoria com o brilhantismo que lhe é peculiar. VIVA A MAGNÂNIMA FESTA!



MACEIÓ - Alurb Intensifica Ações de Educação Ambiental para Melhorar Coleta e Reduzir Impacto em Maceió

Em uma iniciativa que busca sensibilizar a comunidade sobre práticas sustentáveis, a Autarquia Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Limpeza Urbana (Alurb) mobilizou suas equipes, nesta sexta-feira, para uma ação de conscientização ambiental no Pontal da Barra, em Maceió. O principal objetivo da campanha é orientar os moradores sobre o descarte correto de resíduos e divulgar os serviços fundamentais que a autarquia disponibiliza para mitigar os impactos ao meio ambiente na cidade.

A campanha da Alurb não é ocasional; as equipes percorrem diariamente diversos bairros de Maceió. Bárbara Galdino, coordenadora de educação ambiental da autarquia, enfatiza a

relevância deste trabalho contínuo. "Nosso propósito é educar a população sobre o descarte correto e informar os dias de coleta de lixo. Apesar dos esforços, ainda há locais onde o descarte inadequado ocorre. Persistiremos em instruir a comunidade, incentivando a manutenção de uma cidade limpa", declara.

Moradora do Pontal da Barra, Edilma Souza destacou a importância de cultivar atitudes ambientais desde cedo, ressaltando o papel das crianças como agentes transformadores do futuro. "Esta ação é vital. Se cada um fizer sua parte, o impacto positivo será significativo. Eu, pessoalmente, sempre contribuo com o que posso", afirmou.

José Cícero, com uma longa vivência de 30

anos na região, também vê na ação um reconhecimento ao trabalho essencial dos garis. "Quando o lixo é descartado corretamente, facilita o trabalho dos garis, que se empenham diariamente em manter a cidade limpa", destacou.

Para aqueles que necessitam do serviço de recolhimento de resíduos volumosos, a Alurb oferece uma coleta gratuita. Basta entrar em contato via telefone. Já para o descarte de entulhos, a utilização dos Ecopontos é recomendada, seguindo as diretrizes de volume permitido.

Essa ação é parte de um esforço mais amplo para promover a sustentabilidade e garantir um ambiente urbano mais limpo e saudável para todos os maceioenses.

TENSÃO

PL aciona Justiça e pede mandato de vereadores após saída para grupo de JHC

O Partido Liberal protocolou ações no Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE-AL) solicitando a perda de mandato de três vereadores de Maceió que deixaram a legenda para se filiar ao PSDB, partido do ex-prefeito JHC.

As ações têm como alvo os vereadores Chico Filho, Eduardo Canuto e Cal Moreira, eleitos pelo PL em 2024.

Segundo o partido, a desfiliação ocorreu fora da janela partidária e sem respaldo legal.

De acordo com o PL, não houve autorização da sigla para a saída dos parlamentares, nem enquadramento em hipóteses previstas na legislação, como fusão partidária, incorporação ou mudança no programa da legenda.

Nas petições, a legenda afirma que a mudança de partido foi resultado de uma articulação política conduzida por JHC, apontando que o movimento teria levado à transferência de integrantes da bancada para o PSDB.

O partido também sustenta que a desfiliação ocorreu por interesses individuais, sem justificativa jurídica, e pede o

reconhecimento da infidelidade partidária. Caso a Justiça Eleitoral acate o pedido, os mandatos poderão ser assumidos pelos suplentes do PL nas eleições de 2024.

As ações tramitam na Justiça Eleitoral sob três processos distintos e aguardam análise do TRE-AL e manifestação do Ministério Público Eleitoral.

ALIADOS DE JHC INQUIETOS

A Indecisão do Prefeito Cria Ruído Político e Ameaça a Coesão do Projeto Eleitoral

O prefeito JHC tem se demorado em definir sua candidatura, gerando consequências inesperadas e preocupantes dentro de seu grupo político. Ao postergar essa decisão, ele criou um clima de inquietação entre seus aliados, que começam a expressar insatisfações. Em consequência, o temor de uma possível desistência do projeto político em que estão envolvidos começa a se tornar uma realidade palpável.

A dinâmica da política é complexa, e o tempo se torna um ativo estratégico fundamental. Quando um líder não consegue calibrar adequadamente seus movimentos, o que poderia ser uma tática ganha contornos de fragilidade. A falta de uma posição clara transforma a dúvida em um problema corrosivo, desgastando tanto a imagem do gestor quanto a confiança de seus apoiadores. Em momentos de incerteza, o silêncio do líder muitas vezes fala mais alto do que discursos assertivos, criando um vácuo que pode ser explorado por adversários ou gerar fissuras dentro da própria base.

Os aliados do prefeito estão à espera de uma direção clara, não de meras expectativas flutuantes. Precisam de

segurança nas suas ações e decisões, e não de especulações que podem levar à desunião. A hesitação no comando pode desencadear uma movimentação entre os membros da base que nem sempre é compatível com os objetivos traçados. Quando a liderança vacila, os pares se dispersam, e a união que é necessária para sustentar um projeto político sólido corre o risco de se desintegrar.

Neste cenário, o que se observa é um aumento no ruído político que pode dificultar a mobilização e a articulação necessárias para um projeto vitorioso. A solidez de um político, especialmente em períodos de campanha, está intimamente ligada à sua capacidade de unir e inspirar confiança nos que o cercam.

DEMOCRACIA

Quem pode votar nas eleições de 2026 em Alagoas? Veja as regras

Os eleitores de Alagoas já devem ficar atentos às regras para participação nas eleições de 2026. De acordo com a Justiça Eleitoral, podem votar todos os cidadãos que possuam domicílio eleitoral no estado, tenham título de eleitor válido e estejam com a situação regular junto ao Tribunal Superior Eleitoral.

O voto é obrigatório para pessoas alfabetizadas entre 18 e 70 anos. Já para jovens de 16 e 17 anos, idosos com mais de 70 anos e pessoas analfabetas, a participação é facultativa.

Além disso, é necessário que o eleitor tenha realizado o alistamento eleitoral ou a transferência de domicílio dentro do prazo

estabelecido pela Justiça Eleitoral, sob pena de não poder participar do pleito.

Por outro lado, não poderão votar aqueles com direitos políticos suspensos ou que estejam com o título irregular e não tenham regularizado a situação até a data limite.

A orientação é que os eleitores consultem previamente sua situação

eleitoral para evitar impedimentos no dia da votação. Em 2026, estarão em disputa cargos como presidente da República, governador, senadores e deputados, reforçando a importância do voto no processo democrático.

JUSTIÇA ELEITORAL

TRE de Alagoas mantém cassação de vereadores por fraude à cota de gênero em Campo Grande

O Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE-AL) negou seguimento a recursos especiais eleitorais e manteve a decisão que reconheceu fraude à cota de gênero nas eleições proporcionais de 2024 no município de Campo Grande. Com isso, permanece válida a cassação dos mandatos de vereadores eleitos pelo partido envolvido.

Com a medida, será realizada a retotalização dos votos nesta sexta-feira, 10 de abril, procedimento

necessário para a atualização do resultado das eleições proporcionais no município após a cassação dos mandatos. A decisão foi proferida pelo vice-presidente no exercício da Presidência, desembargador Klever Rêgo Loureiro, que considerou inadmissíveis os recursos apresentados por candidatos e demais envolvidos no processo.

Embora tenham preenchido os requisitos formais, os recursos não atenderam aos pressupostos específicos exigidos pela legislação eleitoral. Segundo o magistrado, não ficou demonstrada qualquer violação à legislação ou à Constituição que justificasse o encaminhamento dos recursos ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A decisão também destacou que o julgamento do TRE-AL observou integralmente a

jurisprudência da Corte Superior, especialmente quanto à exigência de prova robusta para configuração de fraude à cota de gênero.

O Tribunal reafirmou que a conclusão pela fraude foi baseada em análise detalhada do conjunto probatório. Entre os elementos considerados estão a votação inexpressiva das candidatas, a padronização na prestação de contas, a ausência de atos efetivos de campanha e a existência de vínculos entre candidatas e candidatos beneficiados. Ainda de acordo com a decisão, não houve cerceamento de defesa, nem supressão de instância ou violação ao princípio da não surpresa, uma vez que todas as questões levantadas pelas partes foram devidamente analisadas ao longo do processo.

ARTICULAÇÃO

Bastidores indicam atuação de Téo Vilela para evitar confronto entre JHC e os Calheiros

Nos bastidores da política alagoana, cresce a avaliação de que o ex-governador Teotônio Vilela Filho desempenhou papel estratégico para evitar um confronto direto entre o grupo do ex-prefeito JHC e a família Renan Calheiros.

Historicamente ligado ao PSDB em Alagoas, Vilela é descrito por interlocutores como uma liderança de perfil conciliador e com trânsito entre diferentes grupos políticos. Próximo de Renan Calheiros, o ex-

governador sempre manteve uma relação de diálogo com o grupo, o que, segundo relatos, influenciou decisões estratégicas ao longo dos anos.

Um dos episódios frequentemente citados nos bastidores é a eleição de 2014, quando Vilela teria evitado um embate mais direto, abrindo espaço para a eleição de Renan Filho ao governo do estado. Embora o ex-governador nunca tenha confirmado essa leitura, aliados e

adversários apontam o movimento como indicativo de sua postura política.

Nos últimos dias, relatos vindos de Brasília indicam que Vilela também teria atuado como interlocutor para reduzir tensões entre os grupos dos Calheiros e dos Caldas, reforçando sua imagem de articulador político. A atuação teria ocorrido de forma discreta, com foco na construção de entendimentos e na prevenção de conflitos.

Reconhecido por aliados como um "agregador", Téo Vilela costuma evitar embates diretos e priorizar a construção de consensos. Nesse contexto, sua atuação recente é interpretada como mais um movimento para conter o acirramento do cenário político em Alagoas, em um momento de intensificação das articulações para as eleições de 2026.

POLÍTICA

PT e PL Intensificam Alianças Estaduais A Seis Meses das Eleições Presidenciais em Busca de Palanques Fortes e Minimização de Conflitos Interno

A seis meses da eleição presidencial, os partidos PT e PL intensificam suas estratégias para formar alianças estaduais, buscando estabelecer bases sólidas e evitar conflitos internos que possam prejudicar suas candidaturas. Tanto o presidente Lula quanto Flávio Bolsonaro estão mobilizados para barrar candidaturas que consideram indesejadas, enquanto tentam acomodar aliados e ampliar sua representação regional.

Recentemente, o PT tem focado na montagem de acordos político-partidários e planeja lançar candidatos próprios ao governo em apenas dez estados. Este número é inferior ao que a sigla

apresentou em 2018 e 2022. Em compensação, o partido deve apoiar candidatos de outras legendas em outros 14 estados, como PSB, PDT, MDB, PSD, PP e União Brasil, mesmo que estas legendas não façam parte formalmente da aliança com Lula. No entanto, algumas dessas decisões têm ocasionado desavenças, como no Rio Grande do Sul, onde a direção nacional do PT optou por apoiar a candidatura de Juliana Brizola, do PDT, em lugar do preferido local, Edegar Pretto.

No âmbito do PDT, o partido se esforça para garantir uma posição privilegiada na aliança que se forma em três estados: Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais. Em Minas, a legenda apoia Alexandre Kalil, enquanto Lula tenta persuadir o senador Rodrigo Pacheco, ligado ao PSB, a entrar na disputa pelo governo. O PSD surge como um aliado estratégico, com o PT propenso a apoiar suas candidaturas no Rio de Janeiro, Mato Grosso, Amazonas e, possivelmente, Sergipe.

No Nordeste, o PT articula a formação de palanques duplos

em estados de relevância política. Na Paraíba, busca a colaboração de Cícero Lucena, do MDB, além do apoio formal a Lucas Ribeiro, do PP. Em Pernambuco, o partido trabalha para unir forças com a governadora Raquel Lyra, do PSD, mesmo mantendo aliança formal com João Campos, do PSB. No entanto, há incertezas em Goiás, Tocantins e Maranhão, onde o PT encontra resistência da administração estadual, especialmente com o governador Carlos Brandão.

Por outro lado, o PL navega por um cenário mais fragmentado ao tentar estruturar suas próprias alianças para Flávio Bolsonaro. O partido tem a intenção de lançar pelo menos um candidato ao governo ou ao Senado em todos os estados, já contando com pré-candidatos em 12 deles, incluindo os importantes mercados eleitorais do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Para aumentar sua presença no Nordeste, a sigla recentemente filiou o ex-prefeito Álvaro Dias, do Rio Grande do Norte, e o senador Efraim Filho, da Paraíba.

CONECTA DIVERSIDADE**Evento gratuito valoriza cultura LGBTQ+ e movimentava o bairro do Jaraguá durante este mês de abril**

No dia 12 de abril de 2026, Maceió sediou a segunda edição do Conecta Diversidade, evento voltado à valorização da cultura LGBTQ+ e ao fortalecimento do empreendedorismo criativo. A programação acontece no bairro histórico do Jaraguá, no Rex Bar, em um único dia de atividades, das 15h às 21h.

A iniciativa promove a maior feira da diversidade já realizada na capital alagoana, reunindo arte, música, dança, performances e marcas que celebram a pluralidade, a representatividade e a economia criativa inclusiva.

O Conecta Diversidade é realizado em parceria entre a Priedee, marca

itinerante que atua na promoção da diversidade em feiras e festivais, e a Footuri – Feira de Empreendimentos Criativos. O evento tem como propósito ampliar a visibilidade de artistas e empreendedores LGBTQ+, incentivando o consumo consciente e criando oportunidades de conexão entre público, criadores e iniciativas independentes.

A feira contará com cerca de 25 marcas expositoras, incluindo moda autoral, artesanato e trabalhos de artistas independentes, além de aproximadamente 10 marcas de culinária criativa.

A condução do evento ficará a cargo de Aurora Blossom, artista

multifacetada com sete anos de trajetória e referência na cena cultural de Maceió. DJ e performer em eventos LGBTQIAPN+, a artista se destaca por unir dança, maquiagem artística e curadoria musical.

O evento ainda conta com apresentações dos DJs Arconço T. e Gil, além das apresentações do projeto Drag Dinner Alagoas, que assume o palco com performances e shows que fortalecem a arte drag no Nordeste, ampliando sua visibilidade como expressão cultural, artística e política da diversidade.

Além de entretenimento, o Conecta Diversidade se consolida como um espaço de afirmação,

encontro e fomento à economia criativa, reforçando Maceió no circuito de eventos culturais voltados à diversidade e à inclusão.

O Conecta Diversidade tem o apoio da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos de Alagoas – SEDH, Rex Bar, New Case, Telhado Comunicação, Tags Produções, Vereador Jônatas Omena, Priedee, Mercure Hotels e Drag Dinner Alagoas, marcas e parceiros que acreditam no fortalecimento dos pequenos empreendedores e na valorização da diversidade em Alagoas.

SEGURANÇA**Queda de altura, incêndio e acidente com moto estão entre as situações que serão encenadas para alertar a população**

A orla de Ponta Verde, em Maceió, será palco neste domingo (12), das 9h às 11h, de uma ação de impacto para conscientizar sobre os riscos no ambiente de trabalho. A iniciativa do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região (TRT-AL), dentro da campanha Abril Verde, aposta em simulações realistas de acidentes para chamar a atenção de quem passa pelo local.

Entre as atividades previstas estão encenações de acidentes com trabalho em altura, princípio de incêndio e ocorrências envolvendo motociclistas — situações comuns e que estão entre as principais causas de afastamento laboral no país. A proposta é traduzir, de forma visual e direta, os perigos enfrentados por trabalhadores e reforçar a importância da prevenção.

Coordenada pelo Programa Regional do Trabalho Seguro (PTS) do TRT-AL, a mobilização é aberta ao público e reúne diversas instituições. Participam órgãos como o Ministério Público do Trabalho (MPT-AL), a Superintendência Regional do Trabalho

(SRTE/AL), o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP/AL), a Polícia Militar de Alagoas e o Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas.

Além das atividades na orla, a campanha prevê a divulgação de vídeos com relatos de trabalhadores afastados após acidentes, reforçando o impacto social e econômico desses eventos. A programação do Abril Verde também inclui, na quinta-feira (9), a posse de novos integrantes do Grupo Interinstitucional de Trabalho Seguro da 19ª Região (Getrin19), durante o VII Encontro Nacional dos Engenheiros de Segurança do Trabalho (Enest).



AMARELINHA 2 NÃO DÁ PRA ES

Acesse agora. Veículo
o licenciamento. 

detran.al.gov.br

O pagamento da Amarelinha é obrigatório e **SÓ É REALIZADO** através do **site oficial: detran.al.gov.br**

É só entrar, baixar a guia e pagar. **O Detran-AL não envia boleto.**

Ah, e quando estiver por lá, aproveite e emita também sua guia do **IPVA**.

Assim, você resolve tudo de uma só vez. Cuidado com golpes, **boleto só no site.**

025. JÁ PAGOU? QUECER.

legal só com



DETRAN·AL

Departamento Estadual de Trânsito de Alagoas



Trabalho e ❤️

OPORTUNIDADES

SENAI Alagoas abre 420 vagas gratuitas para cursos profissionalizantes em Maceió

O SENAI Alagoas anunciou a abertura de 420 vagas para cursos de qualificação e aperfeiçoamento profissional gratuitos na unidade do Poço, em Maceió. Voltados à população de baixa renda e com foco prático que contribui para uma inserção mais rápida no mercado de trabalho, a iniciativa contempla formações presenciais nas áreas de Gestão, Logística, Tecnologia da Informação, Mecânica e Alimentos. As inscrições serão realizadas até amanhã, 10 de abril, das 7h30 às 17h30, de forma presencial.

A seleção faz parte da política de gratuidade do SENAI, destinada justamente a públicos que mais necessitam de oportunidades de qualificação. Para participar, os candidatos devem ter, no mínimo, 14 anos, e ter completado o Ensino Fundamental I, além de se autodeclararem de baixa renda no momento da inscrição. Cada candidato

poderá escolher apenas um curso entre as opções disponíveis no edital – ao todo, são sete formações diferentes, com turmas no período da manhã e/ou da tarde.

Perfil prático-operacional
Desenhadas para atender demandas concretas do mercado de trabalho, as formações têm viés prático-operacional, com curta duração e alta aplicabilidade. Os cursos priorizam o desenvolvimento de competências técnicas específicas, permitindo ao aluno executar atividades produtivas em curto prazo. Essa abordagem reduz o tempo de transição entre formação e geração de renda, um fator crítico para públicos em situação de vulnerabilidade econômica.

Além da empregabilidade formal, o edital também gera impactos no campo do trabalho autônomo e do microempreendedorismo.

Ao desenvolver habilidades técnicas diretamente aplicáveis (como operações industriais básicas, manutenção, serviços técnicos e atividades produtivas), os cursos ampliam a capacidade dos participantes de atuarem como prestadores de serviço ou pequenos empreendedores, fortalecendo economias locais e redes informais de trabalho.

Outro ponto relevante é o modelo de execução: os cursos serão realizados de forma presencial no SENAI Poço, garantindo acesso a uma infraestrutura adequada, com laboratórios e equipamentos compatíveis com a realidade do mercado. “Em um cenário de desafios persistentes no mercado de trabalho, especialmente para trabalhadores com baixa escolaridade, ações como esta ganham relevância estratégica”, pontua o gerente do SENAI Poço, Welton Barbosa.

Para conferir o edital, acesse o link <https://al.senai.br/edita-gratuidade/>.

Confira os cursos ofertados

- Assistente de Recursos Humanos – 160h – 40 vagas – Manhã
- Assistente de Recursos Humanos – 160h – 40 vagas – Tarde
- Almoxarife – 160h – 40 vagas – Manhã
- Almoxarife – 160h – 40 vagas – Tarde
- Auxiliar de Operações Logísticas – 160h – 40 vagas – Manhã
- Auxiliar de Operações Logísticas – 160h – 40 vagas – Tarde
- Operador de Computador – 160h – 40 vagas – Manhã
- Operador de Computador – 160h – 30 vagas – Tarde
- Mecânico de Manutenção de Máquinas Industriais – 160h – 35 vagas – Tarde
- Cake Design – 60h – 25 vagas – Manhã
- Chocolataria – 60h – 25 vagas – Manhã
- Salgados e Doces – 40h – 25 vagas – Manhã

COMPARAÇÕES

Sobrinho de Dilma associa Flávio Bolsonaro a Collor e levanta debate sobre o Pix nas eleições de 2026

O vereador de Belo Horizonte Pedro Rouseff, sobrinho da ex-presidente Dilma Rousseff, provocou repercussão nas redes sociais ao sugerir que o senador Flávio Bolsonaro poderia acabar com o Pix caso seja eleito presidente em 2026.

A declaração foi feita por meio de uma publicação na plataforma X (antigo Twitter), em que o parlamentar comparou Flávio ao ex-presidente Fernando Collor de Mello. A imagem utilizada faz

referência ao episódio do confisco da poupança durante o Plano Collor, em 1990, insinuando que promessas políticas podem não ser cumpridas.

Na montagem, Collor aparece com uma frase atribuída a ele sobre não confiscar a poupança — declaração que não foi registrada oficialmente —, enquanto Flávio surge com a frase “Prometo não acabar com o Pix”, em referência ao atual debate eleitoral.

A publicação ocorre em meio ao acirramento da disputa presidencial, que já começa a ganhar contornos nas redes sociais. O tema do Pix entrou no debate após rumores e desinformações circularem sobre a possível extinção do sistema de pagamentos.

Em resposta, Flávio Bolsonaro negou as alegações e classificou as informações como falsas. Em vídeo divulgado nas redes, o senador afirmou que o Pix é um

“patrimônio brasileiro” e descartou qualquer intenção de encerrar o serviço.

Criado em 2020 pelo Banco Central, durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, o Pix rapidamente se consolidou como um dos principais meios de pagamento no país. Apesar disso, o sistema foi concebido ainda na gestão de Michel Temer, sendo desenvolvido de forma autônoma pela autoridade monetária.

GUERRA DE LIKES

Lira e Renan disputam protagonismo sobre isenção do Imposto de Renda nas redes sociais

Os pré-candidatos ao Senado por Alagoas, Arthur Lira e Renan Calheiros, voltaram a protagonizar um embate político ao disputar o crédito pela aprovação do projeto de isenção do Imposto de Renda para parte da população brasileira. A movimentação ocorre em meio à pré-campanha eleitoral e tem sido impulsionada pelas redes sociais.

Ambos tiveram papel de destaque na tramitação da proposta no Congresso Nacional: o deputado federal Arthur Lira atuou como relator na Câmara dos Deputados, enquanto o senador Renan foi responsável pelo relatório no Senado. Nos últimos dias, os dois passaram a publicar conteúdos destacando a medida, buscando associar seus mandatos aos benefícios gerados pela isenção.

Em uma das publicações, Lira ressaltou a redução da carga tributária para trabalhadores com renda de até R\$ 5 mil mensais, enfatizando o impacto direto no orçamento das famílias. Já Renan utilizou uma abordagem mais simbólica, com imagem

gerada por inteligência artificial, para destacar que a isenção já seria uma realidade no país.

O embate entre os dois não é recente e reflete a disputa direta pelo eleitorado alagoano. Em declarações anteriores, Renan chegou a afirmar que não pretende firmar alianças com Lira, criticando a atuação do deputado durante sua gestão à frente da Câmara.

Além das trocas de declarações, a disputa também ganhou espaço fora do ambiente digital. Lira, por exemplo, instalou outdoors em cidades de Alagoas destacando sua participação na aprovação do projeto, em uma estratégia de visibilidade que reforça o tom eleitoral da disputa.

FARINHA DO MESMO SACO

Unidade Popular critica “falsa oposição” e aponta concentração de poder nas eleições



O partido Unidade Popular (UP) divulgou um posicionamento crítico ao cenário político atual, apontando que, apesar da aparente disputa entre diferentes grupos, há uma repetição de nomes, famílias e interesses que se mantêm no poder ao longo dos anos. Na foto da postagem, uma ilustração que aparece Renan Calheiros, Renan Filho, Arthur Lira, Alfredo Gaspar, JHC e Davi Davino.

De acordo com a legenda, muitos dos atores políticos que hoje se apresentam como adversários já estiveram juntos em alianças anteriores, compartilhando palanques, cargos e projetos. O histórico, segundo o partido, revela vínculos que vão além das disputas eleitorais e evidenciam uma atuação conjunta em diferentes momentos.

A UP também sustenta que, durante as eleições, esses grupos buscam se diferenciar

perante o eleitorado, embora, na prática, integrem um mesmo bloco político. Para o partido, essa estratégia contribui para confundir a opinião pública e dificultar a percepção de alternativas reais.

Outro ponto destacado pela legenda é a permanência de estruturas de poder ligadas a grupos familiares, além da influência de mecanismos tradicionais de articulação política, como alianças

nacionais e uso de recursos públicos.

Na avaliação do partido, o resultado desse cenário é a manutenção de privilégios e a limitação de mudanças efetivas na política. Ao final do posicionamento, a Unidade Popular defende a necessidade de renovação e convida a população a se filiar à legenda como forma de promover uma transformação mais profunda no cenário político.

SENADO

Emprego para quem tem autismo é direito e não favor, diz Damares



A presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado, Damares Alves, afirmou que a inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no mercado de trabalho é um direito e não um favor. A declaração abriu a audiência pública interativa realizada pelo colegiado, nesta quinta-feira (9).

O encontro reuniu parlamentares, representantes do governo, especialistas e sociedade civil para fazer um balanço sobre a inserção de profissionais com TEA no setor produtivo.

Em pauta, as barreiras cotidianas que atrasam a inserção de pessoas atípicas no setor produtivo. Damares destacou os obstáculos do mercado, cobrando menos discursos e mais contratações reais.

“Nós temos uma legislação robusta, mas precisamos de efetividade. O setor público e a iniciativa privada devem andar de mãos dadas para criar ambientes de trabalho genuinamente adaptados e acolhedores”, defendeu a senadora durante a sessão.

Durante o debate, palestrantes apontaram a exclusão nas etapas de entrevista e a falta de adaptação das rotinas corporativas como as principais barreiras.

Convidado para falar sobre a vivência do trabalhador atípico, o escritor e palestrante autista Victor Mendonça destacou as falhas no processo de recrutamento. “O diploma e o currículo do autista muitas

vezes perdem para a falta de compreensão do recrutador. O maior obstáculo não é a nossa capacidade técnica, é a barreira do preconceito na porta de entrada das empresas”, relatou.

O representante do setor privado na audiência, Thomas Strauss, da Major Tom Tecnologia — empresa com iniciativas voltadas à empregabilidade autista, focou nas soluções corporativas.

“As companhias ainda têm receio do desconhecido. Quando uma empresa adapta a comunicação e foca na clareza das metas, ela descobre que o profissional autista entrega níveis de lealdade e precisão muito acima da média”, explicou.

Pelo lado do governo federal, o diretor de Emprego da Secretaria Nacional de Qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Tiago Oliveira Motta, defendeu a criação de uma ponte mais segura entre o ensino e o trabalho.

SEGURANÇA

Lei Antifacção Fortalece Sistema Financeiro no Combate ao Crime Organizado no Brasil



A recente promulgação da Lei nº 15.358/2026, conhecida como "Lei Antifacção", representa um marco significativo no combate ao crime organizado no Brasil. Sua proposta é clara: enfrentar organizações criminosas, incluindo grupos paramilitares e milícias que operam de forma violenta e clandestina. No entanto, o que realmente distingue essa legislação é sua abordagem focada na infraestrutura financeira do país, estabelecendo diretrizes que visam desmantelar a base econômica que sustenta essas atividades ilícitas.

Ao concentrar esforços na interseção entre repressão penal e controle financeiro, esta lei transforma

instituições financeiras, como bancos e plataformas de pagamento, em aliados cruciais na luta contra o crime. Isso significa que, a partir de indícios de atividades criminosas, é possível, durante investigações, aplicar medidas cautelares que afetam diretamente a fluidez de operações econômicas. Um dos principais instrumentos previstos inclui o **bloqueio de bens e ativos**, uma estratégia que também abrange ativos digitais e sistemas de pagamento como o Pix.

O efeito desse desenho legal não se limita à tipificação dos crimes, mas se estende a um modelo de atuação coordenada entre múltiplos órgãos reguladores, como o Conselho de

Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e a Receita Federal. Essa confluência de ações permite um monitoramento contínuo e uma resposta mais ágil às tentativas de lavagem de dinheiro e outras fraudes, potencializando a eficácia das operações.

Dentro desse cenário, os operadores do sistema financeiro também têm um papel ativo e renovado. A legislação exige que eles notifiquem irregularidades e interrompam transações que possam estar associadas a atividades ilegais, especialmente em setores emergentes, como o mercado de apostas online. Essas mudanças fazem com que as

instituições, que antes atuavam de maneira reativa, passem a ter um papel proativo na identificação e prevenção de atividades ilícitas.

Entretanto, essa evolução não vem sem desafios. O aumento das responsabilidades impostas às instituições financeiras requer um equilíbrio delicado entre a prevenção de fraudes e a garantia de operações legítimas. A implementação de protocolos de bloqueio pode resultar em efeitos colaterais, como interrupções indevidas e impactos negativos em clientes inocentes, levantando questões sobre governança e responsabilidade.

TORNOZELEIRA ELETRÔNICA

Nova Lei Exige Monitoramento Imediato de Agressores em Casos de Violência Doméstica para Proteger Mulheres e Crianças



No dia 10 de março de 2026, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 15.383, que estabelece um mecanismo mais rigoroso para o monitoramento de agressores em casos de violência doméstica. Essa nova legislação traz significativas mudanças no tratamento de infratores que colocam em risco a vida de mulheres e crianças. Agora, a utilização de tornozeleiras eletrônicas para esses agressores é imediata, sempre que houver ameaça à

integridade física ou psicológica das vítimas.

O principal objetivo desta lei é intensificar a proteção de mulheres em situação de vulnerabilidade, refletindo um avanço sobre a Lei Maria da Penha, na qual o monitoramento eletrônico era uma opção, e não uma obrigação. Com a nova normatização, a aplicação da tornozeleira eletrônica poderá ser determinada não apenas por juízes, mas também por delegados de polícia, especialmente em locais onde não há presença de magistrados. Essa medida visa garantir uma resposta mais ágil e eficaz em circunstâncias críticas.

Além do monitoramento, a legislação também aumenta a penalidade para agressores que desrespeitam medidas protetivas, podendo a pena ser elevada de um terço a metade. A norma estabelece ainda que, em situações onde a tornozeleira for utilizada, a

vítima receberá um dispositivo de alerta que a notificará sobre a aproximação do agressor. Essa iniciativa busca criar um ambiente de segurança mais robusto para as mulheres, garantindo que elas estejam cientes dos riscos iminentes.

A partir de agora, todas as campanhas de conscientização e enfrentamento da violência contra a mulher devem incluir informações sobre as medidas de proteção disponíveis, procedimentos adequados e os mecanismos de monitoração eletrônica. Visando expandir o alcance dessas ações, a lei eleva o percentual de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública dedicados ao combate à violência contra a mulher, assegurando que haja investimento suficiente na compra e manutenção dos dispositivos tecnológicos necessários.

Câmara aprova projeto que limita acesso a recursos públicos de agricultores com histórico de invasões e desordens no campo



Em uma recente reunião, a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que visa restringir o acesso de invasores de propriedades rurais a programas de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. O foco da proposta é garantir que aqueles que praticam esbulho possessório, ou seja, que ocupam ilegalmente áreas rurais, sejam impedidos de acessar recursos como créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e participar de iniciativas federais de compra de

alimentos, incluindo merenda escolar.

Essa legislação altera a Lei 11.326/06, que estipula os critérios de definição do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural. O texto que foi aprovado é uma versão revisada do Projeto de Lei 4705/25, que havia sido proposto anteriormente pelo deputado Rodrigo Valadares. A nova redação, apresentada pelo relator José Medeiros, busca alcançar o mesmo objetivo da proposta original, mas com menos mudanças na legislação existente.

Medeiros destacou que a medida tem como propósito

proteger aqueles que realmente trabalham a terra, evitando que recursos públicos sejam desviados para indivíduos que praticam atos ilegais. Ele enfatizou que "a justiça agrária não deve incluir movimentos que se dizem sociais, mas que na verdade promovem a desordem no campo", ressaltando a necessidade de responsabilizar aqueles que descumprem as leis.

O projeto estabelece que, para que um agricultor familiar possa participar de programas públicos de compra de alimentos, será necessário cumprir três condições básicas: comprovar a posse ou propriedade legal da área, manter uma inscrição ativa

no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e não ter sido excluído do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Agora, o projeto segue para análise na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, onde terá um caráter conclusivo, ou seja, não precisará ser formalmente votado no Plenário da Câmara, a menos que haja algum recurso assinado por um grupo de deputados. Para que a proposta se torne efetiva, ela ainda precisa ser aprovada pelo Senado, o que poderá ocorrer nas próximas etapas do processo legislativo.

ALAGOAS

João Vicente Lima Assume Presidência da Fapeal, Prometendo Continuidade e Inovação em Alagoas



O cenário da pesquisa e inovação em Alagoas passa por uma significativa mudança de liderança. No dia 10 de abril de 2026, foi oficialmente anunciado que o professor João Vicente Lima assume a presidência da Fundação de Amparo à Pesquisa de Alagoas (Fapeal), sucedendo o professor Fábio Guedes, que ocupou o cargo por mais de 11 anos. A alteração faz parte

das estratégias do governo estadual para fortalecer o setor de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I).

João Vicente Lima, doutor em Sociologia e professor titular da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), não é um novato na Fapeal. Desde 2015, ele faz parte da equipe, inicialmente como diretor científico. Além disso, entre 2020 e 2021, Lima já havia ocupado a presidência da fundação de forma interina, período durante o qual Guedes exercia a função de secretário de Estado da Educação.

A nomeação de João Vicente Lima, oficializada no Diário Oficial do Estado no início de abril, foi feita pelo governador Paulo Dantas, reforçando o compromisso com a continuidade das

políticas inovadoras iniciadas pela gestão anterior. "Nosso objetivo é seguir com políticas eficazes que aprimorem o ecossistema de ciência, tecnologia e inovação em Alagoas", declarou Lima, destacando o equilíbrio financeiro como uma das prioridades.

A Fapeal, em colaboração com a Secretaria de Estado da Ciência, da Tecnologia e da Inovação (Secti), já implementou cinco editais neste ano, com recursos inteiramente alocados pelo Governo de Alagoas, e prepara o lançamento de mais dois ainda no primeiro semestre.

Essa movimentação aponta para um ano promissor em termos de investimento e desenvolvimento tecnológico no estado.



**"CAPACETE?
É AQUI PERTINHO"**

SEMANA NACIONAL
DE TRÂNSITO

**O TRÂNSITO
NÃO ACEITA
DESCULPAS**

**USE O CAPACETE
CORRETAMENTE**

